

LITORAL NORTE PAULISTA: A EXCLUSÃO DO CAIÇARA NO SÉCULO XX

André Fida¹, Fábio Ricci²

^{1,2} Departamento de Economia, Contabilidade e Administração (ECASE),
Universidade de Taubaté (UNITAU), Brasil, 12020-270
Fone: +55 12 3625-4292
andrefida@hotmail.com, fabioricci@uol.com.br

Resumo

O modo tradicional de vida caiçara passou por grandes e profundas mudanças no último século. O presente trabalho tem como objetivo, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, demonstrar o modo como a comunidade caiçara do Litoral Norte Paulista foi levada à exclusão de suas terras e sua cultura. Observa-se que, no recorte temporal do Litoral Norte Paulista, existiu um período longo no qual ocorreram transformações lentas; um período médio (em torno de cinquenta anos) que caracterizou o tempo e a cultura do espaço litorâneo vivido pelo caiçara; e dois períodos relativamente curtos, década de 50 a 70 e a década de 80 até os dias atuais, caracterizado como um período marcante na transformação da vida do povo caiçara. Conclui-se que a região do Litoral Norte Paulista passou por uma ocupação rápida e desordenada, gerando sérios problemas econômicos e sociais vividos nos dias atuais pela população.

Palavras-chave: Litoral Norte Paulista; exclusão caiçara; ocupação desordenada.

Introdução

No Litoral Norte Paulista, desde o período colonial, diferentes forças econômicas impulsionaram várias mudanças relacionadas às formas de organização social e do trabalho.

Para uma melhor compreensão da formação economia-social do Litoral Norte Paulista é conveniente realizar uma divisão temporal da região, dividindo-a em 4 importantes períodos de tempo.

O primeiro período abrange o ano de 1500 até o final do século XIX. Constitui um período em que o papel da região pouco se alterou, apesar dos inúmeros esforços dos colonizadores em adequar o território conquistado aos ciclos da economia mercantil, focando a integração da região na política econômica mundial de produtos para exportação (LEITE, 1998).

O segundo período de tempo aborda o início do século XX até a década de 1950, onde se encontra uma reorganização do trabalho limitado ao modo de vida tradicional caiçara, formada a partir de um conjunto de técnicas, crenças e simbolismos que transformaram o trabalho, a sobrevivência e a cultura numa organização social singular (LUCHIARI, 1999).

As décadas de 1950 a 1970 (terceiro período) caracterizam-se pela valorização turística das paisagens naturais, onde o turismo se iniciava e não havia significativa importância para a região. A mudança, contudo, já era visível, visto que a especulação imobiliária dava seus primeiros passos, o acesso vinha sendo facilitado, ocorria neste instante a popularização do automóvel e, por último, um fator determinante para o desenvolvimento turístico da região: a implantação da Rodovia Rio-Santos (BR-101). Todavia, este período compreende o marco da desvalorização do caíçara em relação à sua cultura e modo de vida.

O quarto e último período temporal começa a partir da década de 1980 até os dias atuais, realçando a urbanização e a valorização turística, que traçaram, num ritmo implacável, um novo contexto regional. A BR-101 foi pavimentada em toda a sua extensão, os condomínios fechados horizontais passaram a ser a regra para a ocupação residencial na orla marítima, o turismo de elite passou a conviver com os fluxos turísticos mais populares e a proliferação das construções de segundas residências imprimiu um desconcertante descompasso entre o lugar e a paisagem construída (LUCHIARI, 1999), fazendo com que o caíçara da região fosse buscar lugares alternativos para viver, abrindo mão da orla marítima em prol da construção destes empreendimentos turísticos.

Produção sócio-espacial no Litoral Norte Paulista (1500 – 1900)

A apropriação da natureza no período colonial difere da apropriação da natureza empreendida primitivamente pelos índios e, posteriormente, pelos caíçaras. Enquanto os índios e caíçaras incorporavam a região como único referencial de vida e sobrevivência, os colonizadores tinham um olhar no sentido da exploração em larga escala de riquezas naturais e da expansão comercial agrícola.

“O índio mantém com a terra um relacionamento religioso e sagrado, que demonstra no respeito e conservação da mata onde vive e da natureza que o cerca” Siqueira (1984, p.24). Esse relacionamento com a natureza também era respeitado pelos caíçaras que aqui viveram.

Conforme relata Luchiari (1999, p. 81),

“uma breve recuperação da história regional no contexto da colonização (séc. XVI e XVII) e dos ciclos econômicos, nos leva a constatar que a natureza do Litoral Norte Paulista não se manteve preservada durante séculos. A ocupação indígena não havia deixado muitas marcas na paisagem local, embora houvesse transmitido um legado com fortes contribuições culturais, tais como o tipo étnico, as técnicas para a lavoura e para a pesca, para a construção de embarcações em cedros, guapuruvus, imbiricurus, artesanatos em taquara, palha, cipó e muitas trilhas e caminhos”.

Neste período o Litoral Norte Paulista conheceu o ciclo da cana-de-açúcar, que atraiu muitos aventureiros e agricultores para a região. Em seguida, o Litoral Norte teve função

relevante para a exportação do ouro explorado em Minas Gerais, através do porto de Ubatuba, e por fim o ciclo mais próspero que a região vivenciou, caracterizado pelas fazendas de cultivo de café, que, através do porto de São Sebastião, escoava toda produção para a Europa.

O período próspero durou até o ano de 1867, quando Silva (1975) e Platon (2006) apontam a construção de uma ferrovia entre São Paulo e Santos, e 10 anos depois a ferrovia entre São Paulo e Rio de Janeiro. “O Vale do Paraíba tornou-se assim um grande centro condensador de lavouras e de população” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 162).

Prado Júnior (2006) destaca que se tratava, no Litoral Norte, do início de uma decadência composta do empobrecimento da população, abandono das culturas e rarefação demográfica. Os solos pobres, erodidos pelas práticas agrícolas rudimentares e o clima úmido do Litoral Norte Paulista, tornaram a região insignificante para a produção cafeeira, que foi substituída pelos cultivos de subsistência de cana, feijão, milho, mandioca e frutas cítricas.

O universo tradicional caiçara (1900 – 1950)

Enquanto o interior paulista passava a compartilhar com São Paulo os atributos da modernidade contemporânea, o Litoral foi esquecido e deixado à sua própria sorte, retraindo a sua economia para uma produção baseada na subsistência. Silva (1975, p. 25), menciona que “era o momento dos campos se transformarem em capoeirões e das matas se regenerarem”.

Assim a região entra no século XX, e permanece até a década de 1950, marginalizada em relação ao processo de urbanização e ao dinamismo econômico do estado. Conforme cita Campos (2000, p. 109), “os municípios do Litoral Norte adentram o século XX com a economia totalmente estagnada, produzindo alguns poucos produtos, basicamente para a subsistência”. Os estudiosos definem esta época (início do século XX até a década de 1950) como a recuperação histórica do modo tradicional da vida caiçara, pois como já mencionado, não houve atividade comercial produtiva, apenas a agricultura de subsistência e a pesca artesanal.

Siqueira (1984) relata que, até os primeiros anos da década de 1950, a terra onde os caiçaras moravam tinha pouca valia, um dos motivos que fez com que eles vivessem em paz e praticamente isolados do resto do mundo. Nas vilas caiçaras, os moradores viviam na praia numa disposição desordenada interligadas por trilhas e caminhos. A estrutura da casa caiçara era semelhante à do caipira: de pau à pique e telhado de sapé. Na praia se localizavam a escola, a igreja, a venda e as moradias. O sertão era o lugar do trabalho, em que se encontravam as roças, os bananais e os locais de caça. Segundo Luchiari (1999, p. 89), “os territórios caiçaras estavam articulados por um sistema de orientação singular, regulado pela

natureza: rios, pedreiras, morros e vegetação” e talvez isso explique o fato da carência da região, até os dias atuais, da incorporação de placas de sinalização oficial.

A partir da década de 1930 apareceram os barcos traineiras, embarcações que capturavam grande quantidade de sardinha, e por volta de 1940 surgem os “atravessadores de pesca” que vinham negociar a sobra dos pescados do povo caiçara para atender a demanda do mercado urbano em expansão. Isso trouxe à comunidade caiçara a concorrência desleal, visto que seu sistema era totalmente artesanal e agora concorria com a pesca industrial.

A transformação espacial do Litoral Norte (1950 – 1980)

A preservação ambiental dada pelo caiçara no Litoral Norte possibilitou que, na década de 1950, os turistas e aventureiros começassem a se dirigir para a região em busca da natureza das paisagens, fazendo com que o universo do caiçara fosse gradativamente transformado.

A economia local se reacendeu aos poucos e segundo Platon (2006 p. 35) “estancou o processo migratório com a atividade turística”. A região ganhou um novo perfil de freqüentador: o visitante que fez o Litoral Norte se firmar como uma região de excelentes negócios imobiliários, onde hoje estão em evidência centenas de casarões de veranistas.

Outro fator importante que merece ser mencionado para o retorno do desenvolvimento na região do Litoral Norte foi a inauguração da estrada Rio-Santos (BR 101), provocando sérias conseqüências na especulação imobiliária da região (Campos, 2000). Siqueira (1984), em sua obra *O genocídio dos caiçaras*, completa a idéia de Campos quando menciona que na década de 1960, foram vários os fatores que tiraram o caiçara de seu isolamento, entre eles a melhoria das vias de acesso ao litoral, a instalação da Petrobrás que trouxe mão-de-obra especializada de outras regiões do Brasil e a saturação do turismo na Baixada Santista, fazendo com que pessoas de maior poder aquisitivo buscassem outras áreas de lazer.

Pressionados, caiçaras passaram a vender as suas posses a preços irrisórios e fez com que muitos empreendedores imobiliários chegassem à região para revendê-las, criando assim a construção de residências secundárias em meio a uma natureza preservada. Aliado a este fator deve-se destacar o desenvolvimento da indústria automobilística que possibilitou à classe média e à elite urbana o acesso àquelas paisagens litorâneas percorridas nos finais de semanas e feriados.

Na década de 1960, o Litoral Norte Paulista já possuía taxas de urbanização semelhantes a do Estado, e um grande fluxo turístico dirigia-se para as cidades de Ubatuba,

São Sebastião, Ilha Bela e Caraguatatuba. No período de 1950 a 1980, a população do Litoral Norte praticamente quadruplicou, sendo que a década de 1970 foi o marco desse período.

O contexto regional do Estado de São Paulo criara as condições para uma refuncionalização dos municípios do Litoral Norte Paulista. Isso resultou um contato direto com as populações dos centros urbanos e gerou outra transformação: a dos hábitos e dos costumes, causando nas comunidades locais novas necessidades de consumo.

Refuncionalização dos municípios do Litoral Norte Paulista (1980 – 2007)

A partir da década de 1980, conclui-se que os municípios pertencentes ao Litoral Norte encontram, através da atividade turística, um novo rumo que altera severamente todos os modelos socioeconômicos já vivenciados na região.

Para uma correta interpretação deste período, será necessário abordar alguns dos principais indicadores demográficos e sociais existentes e realizar um comparativo entre as décadas que se seguem.

Daqui em diante utilizaremos os termos denominados às regiões segundo divisão político-administrativa das mesmas, a saber: Região Administrativa (RA), Região de Governo (RG), sendo que a RG de Caraguatatuba engloba os quatro municípios do Litoral Norte Paulista (Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba), e pertence a RA de São José dos Campos (SEADE, 2000).

Tabela 1. Taxa Média Anual de Crescimento Populacional
Regiões de Governo do Estado de São Paulo (1970 – 1996)

Estado de São Paulo Regiões de Governo	Taxas anuais de Crescimento (%)		
	1970/1980	1980/1991	1991/1996
ESTADO DE SÃO PAULO	3,49	2,12	1,58
RG Caraguatatuba	6,22	4,84	4,03
RG Campinas	6,21	3,39	2,37
RG São José dos Campos	6,05	3,48	1,63
RG Jundiaí	4,93	2,68	1,55
Região Metropolitana	4,46	1,86	1,45
RG Sorocaba	4,08	3,3	2,54
RG Santos	3,94	2,19	1,44
RG Limeira	3,63	2,93	2,27

Fonte: Fundação SEADE / Fundação IBGE.

Já na década de 1970, devido à grande influência da especulação imobiliária, oito regiões apresentavam taxas de crescimento populacional superiores às do Estado em que pertencem (São Paulo), onde Caraguatatuba destaca-se por estar entre elas. Na década de 1980, apesar de ocorrer uma desaceleração no ritmo de crescimento populacional no Estado, as maiores taxas registradas ocorrem nas RGs de Caraguatatuba, São José dos Campos e Campinas.

Observa-se que, de todas as RGs do Estado de São Paulo, Caraguatatuba apresentou, no período de 1970 a 1996, a maior taxa anual de crescimento populacional (4,84%), enquanto as taxas do Estado de São Paulo caíram para 1,58.

Outra especificidade regional é o fato de que até o ano de 1980, o número de pessoas por domicílio, nos quatro municípios do Litoral Norte Paulista, era semelhante à cifra estadual. Já segundo o IBGE (1991), na década de 1990 este índice é muito baixo, menor que 2, enquanto para o Estado de São Paulo a média é de 3,32. Este dado realça a expansão recente de uma urbanização voltada para o turismo de segunda residência, em que a construção de imóveis se volta para uma população sazonal e flutuante.

Tabela 2. Participação de residências secundárias no total de domicílios, por município (Litoral Norte Paulista)

Municípios	1980	1991	2000	2007
	%	%	%	%
Caraguatatuba	42,42	50,84	51,32	52,85
Ilhabela	29,25	36,68	37,31	37,90
São Sebastião	33,50	45,70	48,62	51,69
Ubatuba	41,60	49,46	53,35	57,32

Fonte: adaptado pelo autor segundo Luchiari (1999) e IBGE (2007).

Nota-se na tabela acima que a cada período de tempo o número de residências secundárias aumenta em todos os municípios da região, sendo que este crescimento está mais concentrado nas décadas de 1980 e 1990.

Juntamente com o crescimento das residências secundárias, percebe-se o registro de um aumento significativo dos moradores fixos da região, o que ocasionou uma ocupação urbana desordenada sem nenhuma preocupação prévia com o planejamento territorial.

Tabela 3. População residente, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007.

Região /ano	1970	1980	1991	1996	2000	2007	Variação (%)
Brasil	93134846	119011052	146825475	157070163	169872856	183987291	97,54
Estado São Paulo	17770975	25042074	31588925	34119110	37035456	39827570	124,11
Região Gov. Caraguatatuba	47999	87738	147704	179376	224656	255057	431,37
Caraguatatuba	15073	33802	52878	67398	78921	88815	489,23
Ubatuba	15203	27139	47398	55033	66861	75008	393,37
São Sebastião	12016	18997	33890	43845	58038	67348	460,48
Ilhabela	5707	7800	13538	13100	20836	23886	318,53

Fonte: Luchiari (1999), IBGE (2000) e IBGE (2007).

Os recenseamentos do IBGE mostram um aumento expressivo nas décadas de 1970 a 1990. Comparando o aumento populacional ocorrido entre 2000 e 2007, percebe-se que os índices de crescimento estão bastante abaixo do violento percentual das décadas anteriores, porém, ainda assim muito mais elevados, comparados ao Estado de São Paulo e principalmente o Brasil.

Resultados e Discussão

Dentre os municípios do Litoral Norte que mais tiveram o crescimento populacional, dá-se destaque ao município de Caraguatatuba, que cresceu de 1970 a 2007, nada menos que 489,23% contra 97,54% do índice do país.

Apesar dos altos índices de fixação da população na região do Litoral Norte Paulista, constata-se uma ocupação totalmente rápida e desordenada, que resultou num assoberbado processo de expansão urbana. Juntamente com a expansão urbana, pode-se perceber sérias contradições sociais, como por exemplo, a urbanização e o progresso ou mesmo a urbanização e a pobreza.

Conforme Luchiari (1999, p. 111), “a urbanização e seus processos específicos trouxeram inovações técnicas e culturais para a região, introduzindo o ‘progresso’ do bem estar urbano e a modernização em diversos setores da economia”. De fato, pode-se aliar ao pensamento da autora, o fato da região ter sido submetida a uma série de transformações como a ampliação da rede viária, a melhoria da infra-estrutura urbana, migração, expansão do setor terciário, inovações na construção civil, introdução de novos hábitos, costumes e necessidades dos antigos e novos moradores.

Porém, num diagnóstico mais cuidadoso, será revelado o lado escondido e obscuro da pobreza e marginalização das populações caiçaras e migrantes de baixa renda, uma

degradação de grandes dimensões nos ecossistemas naturais e a subordinação da sociedade aos novos mecanismos de produção e valorização do capital.

Ao analisar o quadro a seguir, percebe-se a presença de alguns indicadores socioeconômicos do Litoral Norte Paulista, onde nota-se algumas desigualdades que justificam a realidade de grande parte da população costeira.

Tabela 4. Indicadores socioeconômicos do Litoral Norte, 2000, 2005 e 2006.

	Ano	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba	Região de Governo	Estado SP
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2006	16,35	14,83	11,20	16,55	14,83	13,28
Renda per Capita (Em salários mínimos)	2000	2,16	2,24	2,38	2,10	2,21	2,92
Coleta de lixo (nível de atendimento em %)	2000	98,67	96,01	98,51	98,06	98,20	98,90
Abastecimento de água (nível de atendimento em %)	2000	96,87	75,70	71,55	76,20	82,14	97,38
Taxa de analfabetismo da população (acima de 15 anos em %)	2000	8,02	9,31	8,84	8,77	8,57	6,64
PIB per Capita (em reais correntes)	2005	7168,15	7363,79	15137,91	7264,02	9351,15	17977,31

Fonte: adaptado pelo autor (Seade, 2007).

Observa-se que em todos os municípios, exceto São Sebastião, a taxa de mortalidade infantil é mais elevada em relação à registrada no Estado de São Paulo. Isso demonstra um baixo desenvolvimento na área da saúde.

Em todos os municípios do Litoral Norte Paulista, o indicador de renda per capita em salários mínimos acusa uma variação considerável em relação ao Estado de São Paulo. Apesar de uma região densamente habitada e que passou recentemente por um processo de urbanização, o indicador de renda em questão é considerado muito baixo, o que aproxima a realidade da pobreza e marginalização da população.

No tocante ao fornecimento de água e saneamento básico, o Litoral Norte deixa a desejar. São inúmeros problemas referentes à estrutura oferecida aos moradores e turistas, uma vez que se encontra na região, em épocas de grande movimento ou em época de fortes chuvas, o problema da falta de água. Outro fato que deve ser mencionado é a existência de problemas em todos seus municípios com o saneamento básico, onde se encontra valas a “céu aberto” e esgoto despejado nos rios e no mar.

Preocupa o fato do indicador social, que mensura a taxa de analfabetismo da população do Litoral Norte, acusar um percentual de analfabetos muito superior ao percentual

apontado no Estado de São Paulo. Isso demonstra que a população local não está preparada para absorver a expansão do setor terciário. O quadro dos indicadores demonstra, ainda, que o município de Caraguatatuba é o que possui o menor percentual de analfabetos no Litoral Norte Paulista e o município de Ilhabela é o que concentra o maior percentual de pessoas que não sabem ler e escrever.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) per Capita, isto é, a média que cada pessoa produziu naquele determinado ano, pode-se dizer que, excluindo o município de São Sebastião, a região do Litoral Norte é muito fraca na produção de riquezas. O PIB per Capita de Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba são inferiores à metade do PIB per Capita do Estado de São Paulo e faz-se refletir mais uma vez que, juntamente com a ocupação territorial, vieram problemas graves de distribuição regional de renda. O fato do município de São Sebastião possuir um PIB per Capita elevado, comparado com as demais cidades da região, se explica devido à presença da Petrobrás, que gera bons empregos e riquezas para a cidade.

Conclusão

Conclui-se que, após décadas de relativo isolamento, o Litoral Norte Paulista foi reativado à lógica de uma das regiões mais dinâmicas do país, que compreende a RA de São José dos Campos. Para tal, passou por um período muito curto de grandes transformações que marcaram principalmente a destruição da cultura caiçara vivida até a década de 1950.

Assim como, a partir de 1500, os colonizadores chegaram à região do litoral Norte, em nome do progresso e do desenvolvimento, destruindo a exterminando a cultura indígena que habitava estas terras, viu-se novamente, após mais de 4 séculos, a repetição deste cenário.

Desta vez, homens brancos sobrepondo interesses sobre os próprios homens brancos, contribuindo para a destruição da cultura e do modo de vida de um povo, impactando diretamente em seus hábitos e costumes e retirando-os de suas terras nativas, resultou em um distanciamento do caiçara e da vida tradicional que o cercou ao longo de muitas décadas, mais uma vez em nome do progresso e do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, J. F. de (org.). **Santo Antonio de Caraguatatuba: memória e tradições de um povo**. Caraguatatuba: FUNDACC, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais do IBGE**. <www.ibge.com.br>, acesso em 13 de outubro de 2007.

LEITE, M. F. P. **As tramas da segregação – privatização do espaço público**. Tese de livre docência. São Paulo: FEA/USP, 1998, p. 10.

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP**. Tese do Doutorado da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas/SP: 1999.

PLATON, J. M. **Ilhabela seus enigmas**. 1.ed. São Sebastião, SP: Ed. do autor, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 47.reimp. da 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil Municipal**. <www.seade.gov.br>, acesso em 23 de Novembro de 2007.

SILVA, A. C. da. **O Litoral Norte do Estado de São Paulo: formação de uma região periférica**. São Paulo: ed. da USP, 1975.

SIQUEIRA, P. **Genocídio dos Caiçaras**. 1. ed. São Paulo: Massao Ohno e Ismael Guarnelli Editores, 1984.